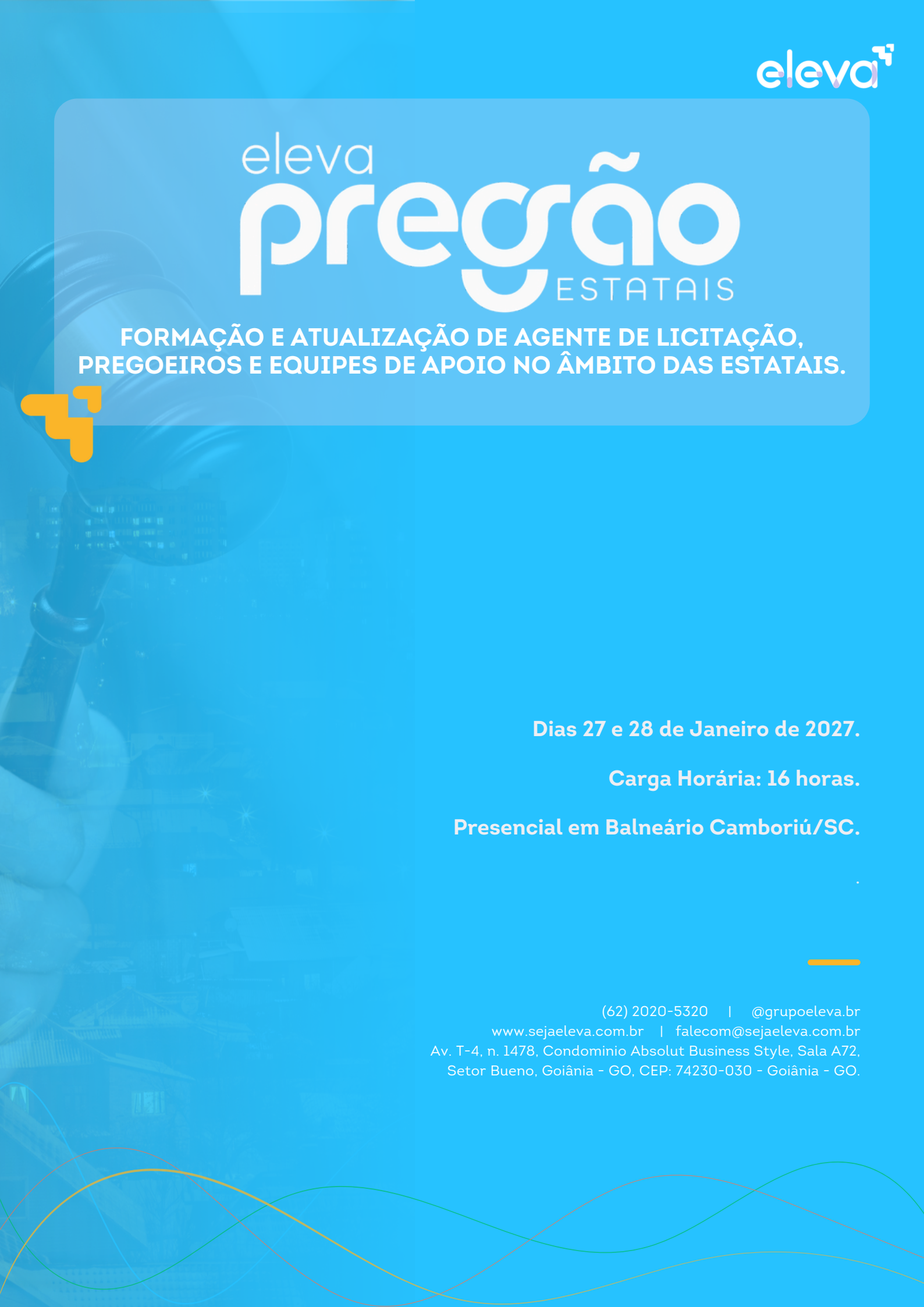




eleva pregão ESTATAIS

**FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE AGENTE DE LICITAÇÃO,
PREGOEIROS E EQUIPES DE APOIO NO ÂMBITO DAS ESTATAIS.**

Dias 27 e 28 de Janeiro de 2027.

Carga Horária: 16 horas.

Presencial em Balneário Camboriú/SC.

(62) 2020-5320 | @grupoeleva.br
www.sejaeleva.com.br | falecom@sejaeleva.com.br
Av. T-4, n. 1478, Condomínio Absolut Business Style, Sala A72,
Setor Bueno, Goiânia - GO, CEP: 74230-030 - Goiânia - GO.

SOBRE O CURSO

A Eleva Soluções Públicas, referência em educação corporativa para o setor público, apresenta seu novo curso intensivo voltado à formação de agentes públicos que atuam no coração das contratações governamentais: o processo licitatório. Da fase do planejamento à seleção do fornecedor (pregão e concorrência), o curso proporciona uma visão integrada e aprofundada dos principais marcos da Lei n. 14.133/2021, com foco em segurança jurídica, eficiência administrativa e inovação.

A Lei n. 13.303/2016 instituiu o estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Atendendo ao comando constitucional do artigo 173, §1º, a norma estabeleceu um regime jurídico próprio para as empresas estatais, criando um novo modelo licitatório e conferindo a cada entidade a prerrogativa de se autorregular por meio de seu regulamento interno de licitações e contratos. Assim, respeitando sua função social, cada estatal tem liberdade para, dentro dos limites da Lei, moldar seus procedimentos licitatórios e contratuais de forma mais eficiente e alinhada à sua realidade. Nesse contexto, conhecer as inovações trazidas pela Lei das Estatais e compreender as oportunidades de aprimoramento que ela oferece é essencial para potencializar as contratações e fortalecer a governança no âmbito das empresas estatais.

A lacunidade da Lei n. 13.303/2016 abre espaço para grandes avanços, permitindo que as estatais adotem formas mais modernas, ágeis e inteligentes de realizar compras públicas — possibilidades que muitas vezes ainda são pouco exploradas. Esse é um dos pilares centrais do curso, que busca demonstrar como transformar essas brechas em oportunidades para aprimorar a eficiência e a conformidade dos processos licitatórios.



OBJETIVOS

- Compreender o regime jurídico das contratações no âmbito das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- Diferenciar as regras aplicáveis às estatais em relação às daquelas da Administração Direta, com base na Lei nº 13.303/2016.
- Entender as atribuições, responsabilidades e limites de atuação dos agentes de licitação, pregoeiros e equipes de apoio.
- Aplicar metodologias adequadas para condução de pregões e outras modalidades de licitação, conforme regulamentos internos das estatais.
- Utilizar ferramentas tecnológicas e controles internos que assegurem a rastreabilidade e a conformidade dos processos licitatórios, incluindo prática direta na plataforma Licitações-e do Banco do Brasil e no Compras.gov
- Promover boas práticas de gestão e compliance, alinhadas aos princípios da governança corporativa e às diretrizes de integridade.

PÚBLICO-ALVO

Empregados públicos, inclusive suas subsidiárias e controladas, que trabalham nas áreas de contratações desde a fase de planejamento até a execução contratual, agentes de licitação, fiscais e gestores de contratos, assessores jurídicos, autoridades que decidem sobre os processos, controles internos.



PROFESSOR SAULO DAVID

Agente Público Federal; Gestor Público; Pós graduado em Licitações e Contratos, e em Gestão Pública, Trabalha com Licitações há mais de 20 anos, atuando como Membro de Comissão Permanente de Licitações, Presidente de Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro, Membro de Comissão Especial de Licitação, Gestor de Contratos e Fiscal de contratos; Consultor empresarial na seara de contratações públicas; É Instrutor em diversos cursos de licitações e contratos administrativos; É Chefe da sessão/unidade de contratos do hospital Federal da Universidade Federal do Vale do São Francisco, e presidente do comitê regimental de contratos. Atuando também na função de chefe do setor/unidade de contratações diretas exercendo atividades de coordenador de dispensa de licitação, cotação eletrônica, inexigibilidade de licitação, adesão à ata de registro de preço, pregoeiro e presidente da comissão permanente de licitação e presidente da comissão especial de licitação. É Instrutor em diversos cursos de Licitações e Contratos no país, capacitando diversos pregoeiros, membros de comissões permanentes de licitações, ordenadores de despesas, gestores e fiscais de contratos administrativos.



INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A LEI 13.303/16 E SUAS REPERCUSSÕES.

Lei 13.303/2016 – previsão constitucional, abrangência subjetiva e sua aplicação.

Impactos da Lei 14.133/2021 no regime de contratações das estatais e sociedades de economia mista.

Lacunas da Lei 13.303/2016: Possibilidade de avançar nas regulamentações conforme art. 40 na obrigatoriedade de publicar e manter atualizado os regulamentos.

Do uso de modalidades: a adoção preferencial do pregão a celeuma da aplicação de modalidades fixas/estáticas ou como diretriz.

As diretrizes do art. 32 da Lei 13.303 juntamente com as fases procedimentais do art. 51 da respectiva norma.

Posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários sobre o uso do pregão nas estatais, aplicabilidade lógico-sistemática ou literal.

ATORES DO PROCESSO:

Principais atores: agente de licitação/contratação; pregoeiros, equipe de apoio de demais responsáveis pela fase de seleção do fornecedor.

Cautelas na designação; Segregação de funções; Atribuições e responsabilidades.

O EDITAL DE LICITAÇÃO E SUAS PECULIARIDADES:

Prazos de publicidades meios de publicidades a celeuma da utilização ou não das práticas da administração direta.

SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Fluxo do processo: principais alterações; Licitações eletrônicas e presenciais; A LRE- Licitação e responsabilidade das estatais, Inversão de fases; Julgamento das propostas e modos de disputa: Aberto, fechado e a sua possibilidade de combinação; O percentual de 10% e não 5% na aplicabilidade do empate ficto, Julgamento das propostas e inexecução; Fase de habilitação: principais alterações; Diligências; Etapa recursal, adjudicação, cuidados na homologação frente ao direito relativo à celebração de contrato conforme art. 60.

DISPENSA DE LICITAÇÃO – PRINCIPAIS HIPÓTESES – REGIME ATUAL E DA NOVA LEI

Dispensa de licitação pelo valor, Regras sobre parcelamento indevido, Dispensa quando a licitação for fracassada, Dispensa quando a licitação for deserta, Dispensa por emergência, Dispensa emergencial, dispensa eletrônica.



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Fornecedor exclusivo, Contratação de serviços técnicos profissionais especializados e o fim da singularidade, Possibilidade da utilização do credenciamento nas estatais com avanços na regulamentação interna.

O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SUAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES:

Principais novidades do decreto 11.462/23: O procedimento da intenção de registro de preços, a possibilidade de vigência da ata por até dois anos, a estipulação em edital de quantidades mínimas, Peculiaridades e cláusulas na adesão à ata de registro de preços entre estatais e órgãos da administração direta, novidades no cadastro reserva e etc.

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

Cautelas e cláusulas necessárias, a problemática na ausência das cláusulas exorbitantes e suas consequências, duração dos contratos, alteração nos contratos e etc.

BOAS PRÁTICAS NA CONDUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES ELETRÔNICAS:

boas práticas na análise das impugnações e esclarecimentos, comunicação eficaz na hora do certame, repercussões de atuações fora do horário de expediente, Quando realizar atuações e comunicações fora do sistema (e-mail), avaliação de quando excluir ou não lances no ato do certame, liberação de itens para a etapa de lances, como potencializar o desempenho do responsável pela fase de seleção do fornecedor.

PREGÃO ELETRÔNICO DA IN 73/2022 E OS REFLEXOS DA NORMA NO ÂMBITO DAS ESTATAIS X REGULAMENTOS DE ESTATAIS E SUBSIDIÁRIAS.

O QUE ESTÁ INCLUSO?



Eleva App



Coffee Break



Kit Participante



Certificado Digital

PASSO A PASSO DA SUA JORNADA COM A GENTE

DIAS 27 E 28/01:



INVESTIMENTO

R\$ 2.790,00 (Dois mil Setecentos e noventa reais).

- A ELEVA oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossas consultoras. - A ELEVA se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Consulte nossas condições para grupos e para pacotes.

INSCRIÇÃO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone (62) 2020-5320, através do e-mail falecom@sejaeleva.com.br ou pelo nosso site www.sejaeleva.com.br.

O pagamento deverá ser realizado em nome de ELEVA SOLUÇÕES PÚBLICAS



Banco do Brasil - 001 - Agência 3229-8 - Conta: 70445-8.
Chave PIX: CNPJ nº 47.766.718/0001-57.

